

Mania de viver endividado

■ Não há nada de novo sob o céu brasileiro em matéria de dívida externa

André Gustavo Stumpf

DÍVIDA externa, inflação elevada, problemas na balança comercial são situações constantes na história do Brasil, que ao longo dos anos têm provocado inquietação nos presidentes, destruído reputações e, não raro, derrubando regimes ou governos. O presidente Sarney e o ministro Dilson Funaro, depois de conhecerem o gosto amargo da contestação pública dos últimos dias, caíram na mesma armadilha que desde o Império consome os dirigentes do país periférico: a necessidade de recursos para o desenvolvimento exige a contrapartida do endividamento, interno ou externo.

Essa equação não foi solucionada nos últimos 150 anos de história do país. Quando a sociedade pretendeu encontrar níveis elevados de renda e conviver com tecnologias mais avançadas foi obrigada a contrair empréstimos no exterior ou a emitir moeda dentro do país para gerar os recursos necessários ao desenvolvimento.

Nos dois casos, em qualquer época, a sociedade gerou desenvolvimento e criou dívidas. Situações como essa ocorreram no Império, na República Velha, no Brasil de Getúlio Vargas — que declarou moratória no governo de Juscelino Kubitschek, no governo João Goulart, nos governos militares e, agora, no governo Sarney.

Não há, portanto, nada de novo sob o céu brasileiro em matéria de dívida externa. Ao tempo do Império, por exemplo, um notável empresário nacional, Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, criou

aqui uma série de empresas depois de assistir na Inglaterra ao início da revolução industrial. O visconde trouxe as tecnologias para o Brasil e em pouco tempo inaugurou um estaleiro em Ponta D'Areia, Niterói, que produziu navios semelhantes àqueles fabricados pelos ingleses. Ele estabeleceu empresas de navegação de cabotagem, estradas de ferro, a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro e é dele a responsabilidade pela criação do Banco do Brasil, que era uma instituição particular associada a capitais da Inglaterra.

O visconde de Mauá dispunha na época de algumas vantagens cambiais e favorecimentos de crédito. Era uma situação à qual hoje se denominaria reserva de mercado. Tudo isso acabou numa crise cambial, quando o Império foi obrigado a reajustar o câmbio, socorrer-se de capitais estrangeiros, liberalizar a importação de produtos, inclusive navios, e o visconde de Mauá faliu. Dele restou o pioneirismo e um livro pouco conhecido chamado *Autobiografia*, onde ele relata as suas dificuldades e a história desta monumental falência. O visconde foi substituído em todas as suas atividades no Brasil por capitais ingleses. Mas a crise que consumiu Irineu Evangelista de Souza marca apenas o início desta persistente luta entre o desejo nacional de crescer e a falta de recursos para manter um processo estável de desenvolvimento. A República, que viria logo depois, já se instalou sob o signo da crise econômica.

Quando Deodoro da Fonseca assumiu a presidência da República, o país vivia um surto inflacionário significativo. No bojo dessa emergência econômica, surgiu uma crise política



e o primeiro presidente da República brasileira não completou seu mandato. Foi substituído pelo vice, também militar, Floriano Peixoto, que reprimiu revoltas e aplicou uma série de medidas econômicas restritivas. O câmbio, por exemplo, foi desvalorizado. No final de 1889, mil réis compravam 27 dólares norte-americanos. Dois anos depois os mesmos mil réis compravam apenas dez dólares. Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil, foi extremamente restritivo na sua política

econômica, e Campos Salles, que o sucedeu, renegociou a dívida externa. O ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, elevou taxas alfandegárias, aumentou impostos e, por último, começou a efetuar os pagamentos aos credores internacionais.

Hermes da Fonseca, que presidia o país no início da Primeira Guerra Mundial, também renegociou a dívida externa, quando a economia brasileira entrou em processo de perda de reservas. E na década de 20, época em que os primeiros capitais norte-

americanos começam a chegar ao Brasil na forma de empréstimos, o regime já não tinha a eficiência anterior. Artur Bernardes fez um governo de perseguições políticas e de restrições econômicas. E Washington Luís, que abria estradas, enfrentou sem o necessário conhecimento a crise provocada pela queda da Bolsa de Nova Iorque e não conseguiu renegociar nada. Ganhou a eleição, com Júlio Prestes, e perdeu o poder porque Getúlio Vargas a ele chegou respaldado pelos tenentes. A providência inicial do presidente Vargas foi designar Osvaldo Aranha para tratar da dívida externa, e nos primeiros anos da década de 30 o Brasil deixou de pagar seus credores. Retomou, logo depois, os pagamentos.

Renegociar dívida é, portanto, uma constante brasileira. Juscelino Kubitschek rompeu com o Fundo Monetário Internacional para poder construir Brasília, depois de ver negadas as suas solicitações. João Goulart enviou Santiago Dantas a Washington para tratar da renegociação dos débitos nacionais e os governos militares mantiveram, todos sem exceção, um estreito diálogo com os financiadores de Wall Street. O Brasil de hoje, que sonhou em algum momento da euforia do Plano Cruzado em viver longe desta realidade, caiu na real. O país precisa de recursos, convive com uma enorme dívida externa e não consegue com a facilidade ingenuamente imaginada passar ao largo das complicações financeiras que o envolvem há mais de 100 anos.

Se há um consolo, além da revolta que as medidas restritivas provocaram, é o de que o elevado endividamento externo é um fenômeno basicamente latino-americano. Algum mistério, combinado com taxas internacionais de juros muito baixas na década de 70, conduziu os países dessa região do planeta a se endividar de maneira insensata assinando promissórias à farta. Mas, porque não se deve brigar com a geografia, as comparações possíveis são com os vizinhos de continente. E desde o México, que vive uma situação aflitiva, até a Argentina, que experimenta inflação no austral e possui uma dívida externa proporcionalmente mais elevada que a nacional, a situação do Brasil é a menos pior: é o país que possui o maior mercado interno da região, dispõe de infra-estrutura rodoviária e portuária capaz de responder ao desafio da exportação e é um país que tem mania de desenvolvimento e por isso tem mania de viver endividado.